

Susana Torrão



Anjos na Guerra

A aventura das enfermeiras paraquedistas
portuguesas

**OPICINA
DO LIVRO**

Título original: *Anjos na Guerra*
© 2011, Susana Torrão
e Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

Editor: Francisco Camacho
Capa: Maria Manuela Lacerda / Oficina do Livro
Fotografia: © Paulo Castanheira
Revisão: Henrique Tavares e Castro
Composição: Cristiana Vicente,
em caracteres Sabon, corpo 11
Impressão e acabamento: Multitipo - Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: Setembro de 2011

ISBN: 978-989-555-780-6
Depósito legal n.º 331182/11

Oficina do Livro
uma empresa do grupo LeYa
Rua Cidade de Córdova, 2
2610-038 Alfragide
Tel.: 210 417 410, Fax: 214 717 737
E-mail: info@oficinadolivro.leya.com

www.oficinadolivro.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1. ENFERMEIRAS QUE CAEM DO CÉU	17
2. UMA ARISTOCRATA COM ASAS	33
3. VETERANA DE GUERRA.....	49
4. OS DOIS LADOS DA GUERRA	69
5. SOCORRER O INIMIGO.....	87
6. ESPÍRITO DE AVENTURA.....	95
7. A SOLIDÃO DE MUEDA	109
8. SACRIFÍCIO	131
9. INSTRUTORES DE RAPARIGAS.....	137
10. FIM DE CICLO.....	149
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	165
AGRADECIMENTOS.....	167

Para os meus pais



Maria Ivone Reis e Maria Arminda Santos, dias depois da sua chegada a Angola, em Agosto de 1961.



Evacuação no meio do mato.

INTRODUÇÃO

O corpo de enfermeiras paraquedistas português foi criado em maio de 1961. As primeiras enfermeiras receberam o brevê em Agosto desse ano. Como grupo criado no contexto da guerra colonial, o seu último curso realizou-se em 1974 e a sua extinção foi decretada em 1980. Mas, na prática, as enfermeiras paraquedistas só deixaram de existir neste século, com a passagem à reforma da última enfermeira, em 2002.

O aparecimento deste corpo feminino quebrou com muitos dos tabus da altura. Pela primeira vez as mulheres chegavam às Forças Armadas e partiam para cenários de conflito. Embora sem funções de combate, as enfermeiras acompanhavam a guerra de perto e movimentavam-se num universo totalmente diferente do que conheciam em Lisboa ou nas suas aldeias de origem. Raparigas de vinte e poucos anos fizeram a recruta, saltaram de paraquedas e procederam a evacuações de feridos em Angola, Guiné e Moçambique, onde também tratavam da população civil.

Durante a guerra, a sua ação não era do conhecimento da maioria da população. Depois da guerra, o seu trabalho no Hospital da Força Aérea mais anónimo se tornou.

Este livro reconstitui o percurso desse grupo a partir das histórias de algumas das suas principais protagonistas: Céu Pedro Esteves, Ercília Pedro, Manuela Flores França, Rosa Serra e Francis Matias, cinco das 46 enfermeiras paraquedistas cujas memórias permitem contar uma aventura de três décadas. Cada um dos relatos traça uma perspectiva diferente e dá a conhecer as várias facetas do quotidiano destas mulheres: da violência no terreno aos preconceitos que tiveram de vencer, passando pelas dúvidas que a guerra suscitava ou pelos pequenos milagres da enfermagem.

Tendo as enfermeiras permanecido nas Forças Armadas durante três décadas, as paraquedistas dos últimos cursos acabaram por estar presentes quando as primeiras mulheres ingressaram na Força Aérea e nos Paraquedistas. Coube às veteranas regressar a Tancos para provar às mais novas que o desembarço e a coragem não tinham idade.

Como todas as histórias têm um princípio, seria difícil explicar o aparecimento deste grupo peculiar sem ouvir a primeira paraquedista portuguesa, Isabel Bandeira de Mello, a jovem que, nos anos 50, lançou a ideia e criou as bases para a formação das enfermeiras dos ares. Os instrutores, outra peça-chave para a existência deste corpo de pioneiras, dão também a sua interpretação dos acontecimentos.

Acima de tudo, este livro dá a palavra aos protagonistas, de modo a que sejam as suas histórias a construir a narrativa maior que foi a experiências das Enfermeiras Paraquedistas portuguesas.

Susana Torrão



1. ENFERMEIRAS QUE CAEM DO CÉU

A criação do corpo de enfermeiras paraquedistas da Força Aérea Portuguesa, em 1961, levou pela primeira vez as mulheres para as Forças Armadas. Num país conservador, enviar jovens solteiras para trabalhar na retaguarda da guerra – e, por vezes, no teatro de operações – exigiu negociação e capacidade de persuasão do principal mentor do projeto, o então subsecretário geral da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga.

Em África, as enfermeiras faziam evacuações dos feridos da frente para os hospitais militares e prestavam apoio às populações civis, mas na metrópole a sua acção era praticamente desconhecida.

Quase dez anos depois da criação do curso, a 16 de outubro de 1970, Joaquim Letria assinava na revista *Flama* o texto «Enfermeiras que caem do Céu», uma reportagem feita em Tancos, no dia em que terminava mais um curso. O jornalista descreve a então alferes Antonieta como «um dos mais belos oficiais milicianos das nossas Forças Armadas, de unhas cor de prata e sombra azul nos olhos», deixando de lado o trabalho realizado nas zonas de conflito. As próprias enfermeiras eram poucas em informações: «Isto tem muita coisa que é duro de

suportar, quer física quer psicologicamente, mas podemos sair quando queremos. Não nos sentimos presas, temos o nosso contrato», adiantava uma. Outra, já veterana, avançava com um discurso que se pretendia tranquilizador: «Felizmente, nunca houve nenhum aborrecimento grande com alguma de nós. O máximo que acontece são umas pernas partidas, bacias rebentadas, lesões na coluna. Ainda bem, porque senão ninguém queria vir para isto.» A única morte em serviço de uma enfermeira paraquedista, a de Celeste Ferreira da Costa – que terminava o curso no dia da reportagem da *Flama* –, só viria a acontecer anos mais tarde, em fevereiro de 1973, na Guiné.

Mas, através do discurso da alferes Antonieta, é possível adivinhar que, na sociedade da época, a existência das enfermeiras ainda não tinha sido totalmente assimilada: «A coisa mais errada é as pessoas pensarem que as raparigas vêm para aqui por isto ou por aquilo, ou porque são pímulas [«pílulas», no original] e, se não são, vêm a dar nisso ou noutra coisa pior. Eu vim para isto porque já era enfermeira, era desportiva e porque pensei que saltar de paraquedas devia ser uma coisa divertida.»

Menos divertidas eram as evacuações de amputados, feridos graves, doentes ou mulheres prestes a dar à luz, com o que as enfermeiras se confrontavam diariamente, mas, na época, o regime assegurava-se de que essas histórias ficassem longe das páginas dos jornais.

O projeto da criação do corpo de enfermeiras paraquedistas começou a ser imaginado por uma jovem civil, ainda nos anos 50: Isabel Bandeira de Mello, filha mais

nova do conde de Rilvas, que era piloto de aviões com e sem motor e foi a primeira paraquedista portuguesa. Em 1956, depois de contactar com as paraquedistas da Cruz Vermelha Francesa, lançou a ideia de formar um corpo de enfermeiras paraquedistas. Para poder participar ela própria nesse novo corpo, tirou os brevês de paraquedista e de instrutora paraquedista e inscreveu-se no Curso Geral de Enfermagem. Foi Isabelinha, como era tratada, quem nessa altura contactou Kaúlza de Arriaga, que ocupava o cargo de subsecretário geral da Aeronáutica e tinha estado na origem da criação dos Paraquedistas Portugueses, em 1955. Isabel Bandeira de Mello era movida pelo idealismo, mas o apoio que recebeu de Kaúlza de Arriaga tinha razões bem práticas.

O projeto ultramarino do Estado Novo implicava a manutenção, a todo o custo, dos territórios de África. Com a guerra da Indochina (1946-1954), o início da guerra na Argélia (1954), e as independências do Gana (1957), Guiné Conacri (1958), Senegal, Congo ex-belga e Congo ex-francês (todas em 1960), tornava-se cada vez mais provável um conflito nas chamadas «Províncias Ultramarinas» – designação com que o regime se defendia das acusações de colonialismo.

A isto juntava-se ainda uma cada vez maior pressão internacional sobre Portugal, que atingiu o auge em 1960, quando o número de países afro-asiáticos e comunistas ultrapassou o dos países ocidentais e dos seus aliados na assembleia das Nações Unidas. No fim desse ano, a ONU tinha aprovado três resoluções relativas à política colonial de Lisboa. O objectivo era fazer com que Portugal cumprisse as disposições da Carta das Nações Unidas,

tendo as resoluções sido aprovadas por maioria, com as abstenções dos Estados Unidos e do Reino Unido, e o apoio ao governo de Lisboa por parte da África do Sul, Bélgica, Brasil, Espanha e França.

A 14 de dezembro de 1960, era aprovada na ONU a chamada «declaração anticolonialista» e, no dia seguinte, era elaborado o Relatório dos Seis, que ficaria anexo à declaração. Elaborado por um comité de seis países – Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, potências administrantes, e Marrocos, México e Índia, potências não administrantes – o relatório definia noções como «território não autónomo» e a sua passagem para a situação de governo próprio. Desta vez apenas Portugal, a Espanha e a África do Sul votaram contra.

Quando, em janeiro de 1961, Henrique Galvão toma de assalto o paquete *Santa Maria*, apenas dias antes dos primeiros levantamentos em Angola, a 4 de Fevereiro, o nosso país estava isolado.

Em Portugal, o corpo de enfermeiras teve um carácter totalmente pioneiro: não só foram as primeiras mulheres nas Forças Armadas – com patentes e salários em tudo iguais aos dos homens nos mesmos postos e funções – como a sua entrada, ocorrida durante um conflito, implicava que as suas ações decorressem em cenários de guerra.

Mas cabe à França o título de pioneira absoluta na criação de corpos de enfermeiras paraquedistas, ainda nos anos 30 do século XX. Foi em 1934 que surgiram as primeiras «enfermeiras do ar», cujo trabalho se realizava em organismo de natureza civil e militar. Em 1937, a Cruz Vermelha Francesa decidiu familiarizar as «enfermeiras do ar»

com a prática do paraquedismo, sendo atribuídos os primeiros 13 brevês no ano seguinte.

Com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, os treinos das enfermeiras foram interrompidos, e só quatro anos depois do fim da guerra, em 1949, foi criada oficialmente a Secção de Enfermeiras Paraquedistas da Cruz Vermelha Francesa. As enfermeiras pertencentes a esta secção ficavam à disposição das autoridades francesas (civis e militares), tanto em tempo de paz como de guerra. Como veio a ser também obrigação em Portugal, deveriam ser solteiras e ter idades entre os 21 e os 35 anos (em Portugal, os limites de idade eram diferentes, entre os 18 e os 30). Além dos saltos anuais obrigatórios, este corpo de enfermeiras fazia anualmente um treino especial com o objetivo de instalar um posto de primeiros socorros com recurso a material lançado de paraquedas.

Nos anos 50 do século passado, com o apogeu da guerra na Indochina e na Argélia, o corpo de enfermeiras paraquedistas francês fez o seu batismo em cenários de conflito. Uma das enfermeiras mais populares – e monitora de Isabel Bandeira de Mello, em França – foi Jacqueline Domerge, que veio a morrer na Argélia, atingida por um tiro durante uma missão. As suas cerimónias fúnebres, em Paris, tiveram lugar no Panteão.

Quando Isabel Bandeira de Mello procurou Kaúlza de Arriaga, o general revelou interesse mas assumiu que existiam assuntos mais urgentes a tratar e adiou a formação do grupo. Mesmo assim, Kaúlza acabou por enviar um despacho ao Aero Clube de Portugal em que manifestava o seu apoio, caso quisessem «lançar-se na criação de um corpo de enfermeiras e enfermeiros paraquedistas». Como

não existia legislação que regulamentasse o paraquedismo civil, o despacho não teve qualquer efeito prático. Para que a situação se alterasse era necessário que o Ministério das Comunicações, através da Direção Geral da Aeronáutica Civil, criasse legislação. O vazio legal chegou ao fim com a publicação do decreto-lei n.º 41281, de 21 de setembro de 1957, e o decreto-lei n.º 16189, de 11 de agosto de 1958. Isabel Bandeira de Mello, enquanto membro da Comissão Internacional de Paraquedismo da FAI, participou na elaboração da lei.

No início de 1959, o gabinete do secretário de estado da Aeronáutica enviou o programa do curso de Enfermeiras Paraquedistas da Cruz Vermelha Francesa ao Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP) para que fosse elaborado um programa semelhante em Portugal. Contudo, o BCP e a Direção do Serviço de Recrutamento e Instrução não chegaram a acordo sobre a elaboração do programa definitivo e o projeto acabou por ficar na gaveta. Foram necessários mais dois anos – e o início de uma guerra que duraria outros 13 – para que o corpo de enfermeiras paraquedistas fosse criado.

Em maio de 1961, Kaúlza de Arriaga avançou com o projeto, depois de uma visita a Angola com Adriano Moreira, então ministro do Ultramar. Semanas antes, em abril, o general Botelho Moniz levava a cabo uma tentativa falhada de golpe de Estado. Ao contrário de Kaúlza, o general insurreto defendia a independência das colónias, feita de acordo com as resoluções da ONU e de forma a garantir os interesses económicos de Portugal.

Em 2003, no testemunho que forneceu para o livro *Enfermeiras Pára-Quedistas – 1961-2002*, de Luís A. M.